

O PAPEL DO FORUMEIBA NA CONSOLIDAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS INDÍGENAS DA BAHIA

THE ROLE OF FORUMEIBA IN THE CONSOLIDATION OF PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES IN BAHIA'S INDIGENOUS SCHOOLS

¹Aelsio Pereira de Almeida.

²Maicon Rodrigues dos Santos.

¹Universidade Federal do Sul da Bahia – Campus Paulo Freire. E-mail: aelsio@gmail.com.

²Universidade Federal do Sul da Bahia – Campus Paulo Freire. E-mail: maicon.rodrigues1@hotmail.com.

Artigo submetido em 15/08/2019, aceito em 12/02/2020 e publicado em 28/08/2020.

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir o Fórum de Educação Indígena da Bahia (FORUMEIBA), desde a sua criação até os dias atuais. Nele, enfatiza-se o propósito desta instituição que lida com a Educação Escolar Indígena em nível estadual. O objetivo do trabalho diz respeito à preocupação com os povos indígenas da Bahia em questões relacionadas à falta de qualidade de suas escolas pela precariedade de assistência da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, fazendo com que as Políticas Públicas de Educação não sejam eficazes para esse grupo populacional deste estado. Considerou-se, como metodologia, a pesquisa qualitativa, por meio da coleta de dados de experiências pessoais de um dos autores sobre o assunto; entrevistas com alguns indígenas que ajudaram a fundar o FORUMEIBA e indígenas aprovados no concurso público, categoria professor indígena. Também foram coletados relatórios de sites que tratam deste Fórum e autores que tratam da educação escolar indígena. Conclui-se, com ênfase, a necessidade de os povos indígenas se unirem cada vez mais para lutar por seus direitos.

Palavras-Chave: instituição; FORUMEIBA; indígenas; conquistas; Políticas Públicas.

Abstract: This article aims to discuss the Bahia Indigenous Education Forum (FORUMEIBA) from its creation to the present day. It emphasizes the purpose of this institution that deals with Indigenous School Education at the state level. The objective of the work concerns the preoccupation with the indigenous peoples of Bahia in issues related to the lack of quality of their schools due to the precarious assistance of the Education Secretariat of the State of Bahia, making Public Education Policies not effective for this purpose population group of this state. Qualitative research was considered as a methodology, through the collection of data from the personal experiences of one of the authors on the subject; interviews with some indigenous people who helped found FORUMEIBA and indigenous people approved in the public competition, indigenous teacher category. Reports were also collected from websites dealing with this Forum and authors dealing with indigenous school education. It is concluded, with emphasis, the need for indigenous peoples to unite more and more to fight for their rights.

Key words: institution; FORUMEIBA; indigenous people; achievements; Public Policies.

1 INTRODUÇÃO

A criação do Fórum de Educação Indígena no Estado da Bahia (FORUMEIBA) foi um marco histórico para as populações indígenas baianas. Essa instituição surgiu a partir de uma demanda que estava crescente entre os índios da Bahia, porque as escolas indígenas possuem várias dificuldades relacionadas aos processos pedagógicos, administrativos e financeiros.

Ademário Braz Ferreira¹, em uma entrevista cedida para os autores deste artigo, ressalta que “o Fórum não é uma organização titulada com documentação e registro, mas ele tem autonomia de fazer essa execução de encaminhamento de documentos”. De fato, o Fórum, desde a sua criação, elabora documentos com a finalidade de obter respostas das instituições educacionais no que se refere às questões indígenas.

O diálogo entre o Fórum de Educação Indígena e a Secretaria de Educação do Estado da Bahia é muito importante e necessário, tendo em vista que “As políticas públicas que se encontram para suprir as necessidades da educação escolar indígena precisam ser repensadas e discutidas com as lideranças e os professores das comunidades indígenas [...]” (SANTOS, 2014, p. 74). Neste sentido, as escolas indígenas não devem aceitar tudo o que vem da Secretaria Estadual de Educação de maneira passiva, deve haver uma criticidade neste aspecto e analisar se está de acordo com o que é almejado pelas comunidades indígenas.

No decorrer dos anos, o FORUMEIBA foi se estruturando e, assim, houve a composição de executivas² para atender todas as etnias baianas. As reuniões dos membros do Fórum têm o propósito de tratar sobre os avanços e

sobre as demandas das comunidades indígenas. Um exemplo de demanda se refere a questões como construções, ampliações e reformas de escolas, tema bastante discutido devido à precariedade da infraestrutura de algumas unidades escolares indígenas. Além disso, pagamento de professores, merenda escolar, transporte escolar, material didático, contratação de funcionários, dentre outros fatores, são discutidos regularmente nessas reuniões.

Para Pereira e Brasileiro (2016), “[...] durante um longo período da história, os indígenas não participaram, ou se participaram foi com pouca expressividade, das políticas públicas e dos processos educacionais decisórios voltados a eles” (p. 235). Portanto, faz-se necessário que os próprios indígenas decidam o que querem e como querem no que se refere à Educação Escolar Indígena, tendo como o seu representante educacional mais importante, o FORUMEIBA.

Apesar de as comunidades indígenas terem conseguido avanços significativos por meio deste Fórum, existem ainda muitas demandas para serem resolvidas. Os professores indígenas da Bahia recebem através de subsídio e isso inibe os direitos e vantagens descritos no Estatuto do Magistério Público do Estado da Bahia. Esses professores possuem direitos bastante limitados aos avanços horizontais e verticais. Docentes com nível superior e com pós-graduação, em alguns casos, ainda recebem como profissional de nível médio. A lei nº 12.916, de 2013, estabelece uma tabela mostrando quanto o professor indígena deve receber por 20 horas e 40 horas, porém, essa lei precisa ser revista para contemplar todos os professores indígenas. Existem relatos de professores indígenas, como veremos neste artigo, que deram entrada para mudarem de classe³, porém, não foram atendidos. Isso é

¹ Ex-coordenador indígena do Núcleo Territorial de Educação – NTE 27.

² Pessoas que representam suas respectivas etnias no FORUMEIBA.

³ As Classes são definidas em função da titulação do Professor Indígena, a seguir estabelecidas:

considerado como discriminação contra essas populações.

As demandas mais discutidas atualmente pelos povos indígenas, em âmbito estadual, são a alteração da lei nº 12.046 de 2011, que estabelece o pagamento através do subsídio, e a criação de um novo concurso público para atender aos professores, aos coordenadores e aos funcionários indígenas.

O FORUMEIBA tem se empenhado constantemente para efetivar os direitos conquistados pelas comunidades indígenas da Bahia. Estes direitos não foram conquistados de forma pacífica, foi preciso realizar muitas reuniões com representantes do governo e agendas forçadas para que as populações indígenas fossem atendidas, além de organizarem manifestações nas pistas e ocupações de Núcleos Territoriais de Educação e outras instituições.

Com base nesses pressupostos, o objetivo deste trabalho é discutir o Fórum de Educação Indígena da Bahia (FORUMEIBA) desde a sua criação até os dias atuais, identificando as dificuldades encontradas nas escolas estaduais indígenas da Bahia para promover uma educação de qualidade, tendo em vista que

I - Classe A - Titulação de Nível Médio, com formação em Magistério Indígena;

II - Classe B - Titulação em Licenciatura Plena Intercultural em Educação Indígena;

III - Classe C - Titulação em Licenciatura Plena Intercultural em Educação Indígena e Pós-Graduação, em nível de Especialização, a partir de 360 (trezentos e sessenta) horas ou Titulação em Licenciatura Plena e Pós Graduação, em nível de Especialização, a partir de 360 (trezentas e sessenta) horas em Educação Indígena;

IV - Classe D - Titulação em Licenciatura Plena Intercultural em Educação Indígena e Pós-Graduação, em nível de Mestrado, ou Titulação em Licenciatura Plena e Pós Graduação, em nível de Mestrado, em Educação Indígena;

V - Classe E - Titulação em Licenciatura Plena Intercultural em Educação Indígena e Pós-Graduação, em nível de Doutorado, ou Titulação em Licenciatura Plena e Pós Graduação, em nível de Doutorado, em Educação Indígena;

a assistência da Secretaria de Educação do Estado da Bahia ainda não consegue contemplar todas as escolas de forma satisfatória, fazendo com que o Fórum citado aja com a finalidade de consolidar as políticas públicas educacionais que os povos indígenas baianos têm direito. Procedemos à análise do Fórum de Educação Indígena da Bahia, por meio de seu breve histórico, as políticas públicas educacionais já efetivadas para a melhoria da educação, e as políticas públicas que as populações indígenas baianas almejam para melhorar a qualidade educacional de suas escolas. Ademais, organizamos os dados obtidos através dos sites pesquisados, autores que abordam o Fórum citado, experiências pessoais de um dos autores desta pesquisa e as falas dos entrevistados.

2 BREVE HISTÓRICO DO FÓRUM DE EDUCAÇÃO INDÍGENA DA BAHIA

O Fórum de Educação Indígena do Estado da Bahia foi criado visando a consolidação das Políticas Públicas Educacionais da Educação Escolar Indígena no Estado da Bahia. Nesse contexto:

A implantação da Educação Diferenciada Indígena na Bahia conforme a Resolução Nacional foi garantida pela articulação de lideranças, representantes indígenas e de instituições governamentais e não governamentais professores e pesquisadores que se criaram o Fórum de Educação Indígena em 2000, no Centro Cultural Pataxó, em Coroa Vermelha – Santa Cruz de Cabrália. O Fórum, idealizado enquanto um espaço de debate intercultural sobre a educação indígena objetivava, de maneira mais imediata, a definição de políticas públicas para garantia dos direitos adquiridos, e de maneira mais ampla, contribuir para o processo de autodeterminação dos povos indígenas na Bahia (MARCIS, 2008, p.7).

Para Araújo (2011), antes desta Instituição denominada de Fórum de Educação Indígena da Bahia, houve a criação anterior de outra instituição que tinha a mesma finalidade do FORUMEIBA. O nome da instituição que antecedeu a este Fórum se chamava Núcleo de Educação Escolar Indígena-NEEI. Este Núcleo foi criado pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, porém, devido à falta de autonomia e articulação, não obteve sucesso.

Após a criação do Fórum, a Educação Escolar Indígena no Estado da Bahia se fortaleceu cada vez mais. Nas reuniões são discutidos assuntos pertinentes à melhoria da Educação Escolar Indígena no Estado da Bahia. Houve diversos encontros com a executiva do FORUMEIBA no decorrer destes anos para traçar estratégias em âmbito estadual.

Para Magalhães (2019), o Fórum ajudou a consolidar as políticas educacionais das escolas indígenas em consonância com a Secretaria da Educação do Estado da Bahia: “O Fórum de educação é uma instância política do Movimento Indígena muito importante para o diálogo com a Secretaria Estadual de Educação; a partir dele, diversas pautas foram destravadas e muitas políticas consolidadas” (p. 49). Com o auxílio do FORUMEIBA, as reuniões ampliadas (reuniões que acontecem a cada dois anos em uma região diferente da Bahia, com representantes indígenas de todas as etnias baianas para tratar sobre a Educação Escolar Indígena) começaram a ser desenvolvidas nas regiões da Bahia.

No ano de 2012, o até então secretário do Fórum, Agnaldo Pataxó Hãhãhã, esteve na organização do mesmo. Houve um diálogo muito exitoso, no qual diversas autoridades estiveram presentes nesta reunião ampliada, além de

representações de 16 etnias indígenas. Após esse período, aconteceu o Fórum em Muquém em 2013, em uma aldeia Kiriri. Em 2017, sob a responsabilidade da secretária do Fórum, Ciríla Kaimbé, aconteceu outra reunião ampliada na aldeia Acuípe de Baixo no Território Tupinambá de Olivença em Ilhéus – BA.

Uma frase marcante na reunião ampliada na aldeia Acuípe de Baixo no Território Tupinambá de Olivença em Ilhéus–BA foi: “A educação é um direito e tem que ser do nosso jeito”. Essa frase é uma afirmação do que já se encontra no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), que afirma que “parte do sistema nacional de educação, a escola indígena é um direito que deve estar assegurado por uma nova política pública a ser construída, atenta e respeitosa frente ao patrimônio linguístico, cultural e intelectual dos povos indígenas” (RCNEI, 1998, p. 24).

No final da reunião, ficou acordado que um Pataxó seria o secretário do Fórum. Então Juliana de Boca da Mata prontificou-se a ser a secretária. A mesma, após alguns meses, entregou a função. O até então subsecretário, Ibutá Pataxó, assumiu a função de secretário do FORUMEIBA. Durante o seu mandato já aconteceram duas reuniões com a executiva deliberando sobre assuntos educacionais. Em uma dessas reuniões, o secretário do Fórum destacou que:

A principal relevância do encontro é justamente discutir a política que atende a questão da Educação Escolar Indígena em nível estadual, no qual os professores se reúnem para discutir as demandas específicas de cada região e essa articulação com a Secretaria da Educação é muito importante para a resolução das questões levantadas, afirmou (PATAXÓ apud EDUCAÇÃO, 2019, p. s/p).

No final de 2019, a reunião ampliada do FORUMEIBA estava prevista para o município de Rodelas, no Território dos índios Tuxá. Nesta reunião

ampliada foram discutidos assuntos voltados para o processo educacional das escolas indígenas da Bahia e, também, uma nova eleição para mudança de secretário executivo do Fórum.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EFETIVADAS PARA A MELHORIA DAS ESCOLAS INDÍGENAS DA BAHIA

Após a criação do FORUMEIBA, por volta do ano 2000, ocorreram várias reuniões para se tratar das demandas relacionadas às escolas indígenas do estado da Bahia. Uma conquista importante para as comunidades indígenas do estado foi a Resolução do CEE Nº 106/2004. A partir desta resolução, grande parte das escolas indígenas passou a ser estadual, porém o sistema municipal também permaneceu oferecendo educação escolar indígena como antes.

O artigo 16 dessa resolução diz o seguinte: “O Poder Público Estadual e, quando for o caso, o Poder Público Municipal, criarão cargos públicos de “Professor”, habilitado para o magistério em Educação Escolar Indígena, dentro da carreira do magistério, para provimento mediante concurso público específico” (BAHIA, 2004, p. 5). Apesar de já haverem discussões sobre o concurso indígena específico, essa resolução fortaleceu a luta para que o mesmo fosse realizado.

Em 2005, em uma reunião que aconteceu no Instituto Anísio Teixeira, a executiva do Fórum daquele ano tratou sobre os seguintes assuntos: Regularização do Fórum, Formação de Professores em Nível Médio e Superior, Centro Cultural Indígena, Assessoria ao Fórum, Regularização das escolas indígenas, Construção reforma e ampliação das escolas indígenas e Projeto dos Estudantes da UFBA. Algumas dessas demandas foram conseguidas. Por

exemplo, o Fórum já possui uma organização hierárquica de seus membros e reuniões executivas e ampliadas no seu plano de ação. Já estão acontecendo formações de professores em nível Médio e Superior, porém precisam ser ampliadas para contemplar todos os professores em exercício. Em relação às reformas e ampliações de escolas, é necessário mais agilidade, pois existem escolas que ainda funcionam de forma precária.

No ano de 2011, foi criada a lei nº 12.046 que “cria a carreira de Professor Indígena, no Grupo Ocupacional Educação, do Quadro do Magistério Público do Estado da Bahia, e dá outras providências”. Em seu artigo 5º, encontramos o seguinte: “O ingresso na carreira de Professor Indígena dar-se-á no Nível inicial da Classe correspondente à habilitação prevista no § 1º do art. 7º desta Lei, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, no qual seja exigido o domínio da língua materna da comunidade indígena e do português” (BAHIA, 2011, p. 1). Essa lei, infelizmente, não contemplou todos os professores indígenas, porque nem todos possuem Licenciatura Intercultural. Muitos possuem licenciaturas em outras áreas como: pedagogia, história, línguas, dentre outras. Portanto, foi criada a Lei 12916 de 2013 que aceitava que professores sem Licenciaturas Interculturais ou apenas com Ensino Médio pudessem fazer o Concurso Público para Professor Indígena.

Após dois anos da publicação da lei acima citada, saiu o Edital SAEB/4/2013, de 29 de novembro de 2013 do Concurso Público, Categoria Professor Indígena para provimento de vagas. No item 1.2 das disposições preliminares do documento está previsto: “O presente Concurso destina-se ao preenchimento de 390 (trezentos e noventa) vagas para o cargo de Professor Indígena, distribuídas por DIREC/Município/Aldeia/Escola” (BAHIA,

2013, p. 1). Neste caso, as 390 vagas não foram preenchidas totalmente, mas foi um grande avanço no que se refere à Educação Escolar Indígena, pois essa discussão já vinha sendo feita em várias reuniões do FORUMEIBA. Outra solicitação, que não foi atendida, diz respeito à efetivação de professores em Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) e Prestadores de Serviço Temporário (PST) que já atuavam na área da educação escolar indígena a mais de cinco anos.

No ano de 2018, o Fórum obteve outra conquista significativa: a inclusão de representantes indígenas dentro do Conselho Estadual de Educação do Estado da Bahia. As representantes escolhidas foram Jesuína Tupinambá (titular) e Leidiane Tumbalalá (suplente).

Após várias reuniões para inúmeras agendas desde o final do ano de 2017 ao início do ano de 2018, junto ao Governo do Estado em específico a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, hoje se tornou realidade de forma efetiva e concreta. Vínhamos construindo um diálogo com o apoio da Coordenação de Educação Escolar Indígena, Subsecretários do fórum das regiões Sul, Extremo Sul, Norte e Oeste, além de algumas lideranças que tem nos acompanhado durante estas ações. Após várias discussões entre os membros da Executiva do FORUMEIBA no qual tem representantes de todas as regiões da Bahia, discutimos perfis para exercer esta competência e função, logo após, então seguimos adiante dialogando junto ao governo para a garantia deste direito, de termos representantes da Educação Escolar Indígena no Conselho de Educação do Estado. Hoje consolida uma conquista indígena que independente de ser membro de um Povo, mas que hoje oficialmente está representado os Povos Indígenas da Bahia no Conselho Estadual de Educação (PATAXÓ apud FÓRUM DE EDUCAÇÃO

INDÍGENA DA BAHIA, 2018, s/p).

Essa conquista foi muito importante para a efetivação da educação escolar indígena no estado da Bahia, pois, até então, não tínhamos nenhum representante indígena dentro deste órgão.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS ALMEJADAS PELOS POVOS INDÍGENAS DA BAHIA ATUALMENTE

Atualmente a Educação Escolar Indígena da Bahia possui algumas situações que precisam ser vistas em caráter de urgência:

Na Bahia, os povos indígenas contam com a precariedade em muitas das suas escolas indígenas, criadas na maioria das vezes por iniciativa da comunidade para atender demandas emergenciais. Esses, espoliados e expulsos dos seus territórios originários passam por um processo de reconquista, retomada e ampliação dos seus territórios tradicionais. Existe, portanto, uma mobilidade dessas populações nos territórios constituindo-se numa dinâmica muito própria de cada povo, demandando ações emergenciais muitas vezes em desconpasso com a capacidade operacional do poder público. Neste sentido surgem as escolas nucleadas, anexas às já existentes, mas que passam por vários problemas, que são ausência de infraestrutura, funcionamento em espaços improvisados, difícil acesso até para alocação de professor, condições precárias para o desenvolvimento da ação educativa (SANTOS; MARTINS; SARAIVA, 2011, p. 4-5).

Ainda sobre as estruturas físicas das escolas indígenas, Abbonizio (2013) faz uma comparação entre a infraestrutura das escolas indígenas com a das escolas não indígenas. Para ela, as escolas não indígenas estão muito melhores no que se refere às construções escolares; já as

escolas indígenas possuem estruturas bastante precárias. Muitas comunidades fazem por conta própria suas salas de aula. Sobre isso, Baniwa (2019) afirma que muitas escolas indígenas não possuem prédios construídos. Muitos desses prédios são construídos pela própria comunidade, devido à inércia dos responsáveis pela infraestrutura das escolas nas comunidades.

As comunidades tomam essa iniciativa, porque abrir um processo para construção de escolas ou de salas de aula na Secretaria de Educação do Estado da Bahia, demora muito. As tramitações passam de setor para setor até gerar autorização. Então as comunidades indígenas tomam iniciativa e fazem suas próprias salas de aula com recursos próprios para que os alunos possam estudar.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena está previsto que:

Os sistemas de ensino deverão, também, assegurar às escolas indígenas estrutura adequada às necessidades dos estudantes e das especificidades pedagógicas da educação diferenciada, garantindo laboratórios, bibliotecas, espaços para atividades esportivas e artístico-culturais, assim como equipamentos que garantam a oferta de uma educação escolar de qualidade sociocultural (BRASIL, 2013, p. 364).

Infelizmente as estruturas das escolas indígenas da Bahia ainda não estão adequadas. Laboratórios, bibliotecas, espaços para atividades esportivas e artístico-culturais são “um sonho” para a maioria das escolas indígenas do referido estado. Outra situação importante é o fato de as escolas não terem autonomia para informarem o modelo arquitetônico das escolas que almejam construir. Os modelos já vêm prontos do MEC, apesar desse povo ter esse direito resguardado:

Já no que diz respeito à construção de prédios escolares, o desafio está ligado à superação de entraves burocráticos que dificultam tanto a adoção de modelos arquitetônicos adequados às peculiaridades das comunidades indígenas, quanto à liberação e aplicação dos recursos destinados a este programa, carecendo de maior flexibilização das regras instituídas pelos órgãos de financiamento e de execução (BRASIL, 2013, p. 379).

Sobre o transporte escolar, um dos maiores problemas atualmente é a burocracia no processo para a efetivação do pagamento às empresas que prestam o serviço. Em algumas localidades do estado, as empresas param por falta de pagamento e os alunos ficam no prejuízo. Muitas vezes as empresas tentam ao máximo possível manter o transporte funcionando, mas devido à falta de recursos para obter o combustível e manter o pagamento dos motoristas atualizado, elas solicitam a paralização dos veículos.

Durante as reuniões da executiva, ocorridas durante os anos de 2018 e 2019 no Instituto Anísio Teixeira (IAT), em Salvador, foi discutida a necessidade de haver um novo concurso público indígena para professores, coordenadores e funcionários de apoio. Uma grande parte das escolas indígenas da Bahia não possuem diretores, vice-diretores, secretários e coordenadores pedagógicos, considerando que não houve aprovação de servidores em quantidade suficiente, através do concurso público realizado para professor indígena. Ainda nessas reuniões, a alteração da lei 12.046/2011, que criou a forma de pagamento dos professores através do subsídio, é um fato preponderante para as discussões. Atualmente alguns professores graduados, especialistas e mestres estão recebendo um salário de professor nível médio. Temos como exemplo o professor Wendeuslelei Souza que cedeu uma entrevista para os autores deste artigo. Nesta entrevista ele afirmou:

Em 20 de Setembro de 2018, no NTE O5 em Itabuna Bahia, dei entrada ao processo de avanço vertical requerendo a classe C da categoria professor indígena. Esse processo tramitou no NTE-05, CEG-CPR, CGT-CAP e voltando ao NTE-05, com devolutiva negativa ao meu pedido em 26/02/2019 conforme. Entendo que com essa negativa ao meu processo, a SEC/BA mantém um racismo institucional aos professores indígenas e uma forma de dizer que qualquer estudo que se faça para nós povos indígenas não vale nada. Ainda recebo com professor não Licenciado e isso fere minha dignidade como pessoa humana e desrespeita minha condição étnica e como também menospreza a educação escolar indígena de meu povo. Isso é lamentável e digno de correção por parte do estado (SOUZA, 2019, s/p).

Partindo da fala do professor Wendeuslelei, percebemos que os professores indígenas da Bahia não estão sendo priorizados por esta Secretaria de Educação, pois, na lei, está bem claro que, mesmo se o professor indígena não possuir licenciatura intercultural, ele pode ter licenciatura plena em outra área, mas também deve ter especialização em educação escolar indígena.

O atual secretário do Fórum, Ibuí Pataxó, entregou uma carta de compromisso ao governador do estado da Bahia, Rui Costa, detalhando as principais dificuldades que as escolas indígenas da Bahia estão enfrentando. O mesmo também participou do Acampamento Terra Livre em Brasília e em Salvador, levando ao conhecimento público as demandas escolares indígenas. Este ainda participou da II CONEEI em Salvador e Brasília, com a mesma finalidade: cobrar políticas públicas para a Educação Escolar Indígena da Bahia.

Recentemente, a executiva do FORUMEIBA se reuniu com o secretário da educação: Jerônimo Rodrigues, que se comprometeu em priorizar as pautas

indígenas. Nesta reunião, foi solicitado ao mesmo que fizesse uma agenda com o governador da Bahia para se discutir as temáticas indígenas diretamente com o governador.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados encontrados foram que o Fórum de Educação Indígena da Bahia possui um papel muito importante na consolidação das políticas públicas educacionais em relação à Educação Escolar Indígena. Foram por intermédio dele que muitas escolas indígenas atuais puderam melhorar a sua infraestrutura, merenda escolar, transporte escolar, materiais didáticos etc., porém ainda existem bastantes demandas que precisam ser resolvidas.

Uma demanda que atualmente está sendo bastante discutida é a alteração da lei 12.046 de 2011, que institui o subsídio como forma de pagamento dos professores indígenas, impedindo várias gratificações. Além disso, professores que possuem pós-graduação não estão conseguindo mudar de classe devido às burocratizações desta lei. Já houve várias tentativas para alterá-la (até diálogos com alguns deputados estaduais na Assembleia Legislativa da Bahia), mas não houve êxito. Ainda não foi possível uma agenda com o governador do Estado da Bahia para tratar sobre esta situação, apesar de ser feita algumas solicitações.

O FORUMEIBA precisa ser fortalecido cada vez mais pelas lideranças indígenas, caciques, professores, pais e alunos para que a Educação Escolar Indígena de qualidade seja de fato fornecida pelos órgãos educacionais. As escolas indígenas precisam de uma infraestrutura melhor; os professores indígenas precisam de salários dignos; a parte pedagógica das escolas precisa de coordenadores pedagógicos para melhorar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Os profissionais indígenas

precisam ser vistos com outros olhares e não como pessoas com menos direitos.

6 CONCLUSÃO

Mesmo após o esforço do Fórum em relação à promoção das políticas públicas educacionais nas escolas indígenas da Bahia, ainda não foi logrado êxito em algumas questões. Já foram feitas várias reuniões para tratar sobre a mudança da lei 12.046 de 2011, a reivindicação de um novo concurso público, solicitou-se a construção, ampliação e reforma das escolas, mas a burocracia das instituições ainda permanece muito grande. As respostas que estes povos possuem são de apenas aguardar as coisas serem resolvidas. Enquanto isso os professores estão recebendo um salário irrisório, mesmo tendo graduações e pós-graduações.

Por fim, o Fórum de Educação Indígena da Bahia está sempre atento às necessidades da Educação Escolar Indígena desse estado. Houve muitos avanços, porém há muitas demandas também, portanto, a articulação de todos os povos indígenas da Bahia é muito importante para o fortalecimento deste Fórum que sempre está apto a cobrar os direitos educacionais das comunidades indígenas baianas.

AGRADECIMENTOS

À professora Lílian Lima Gonçalves dos Prazeres PPGER-UFSB/UNEB

REFERÊNCIAS

ABBONIZIO, Aline Cristina de Oliveira. **A Educação escolar indígena como inovação educacional: a escola e as aspirações de futuro das comunidades.** Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Sociologia da Educação) - - Faculdade de Educação da

Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 193. 2015.

ARAÚJO, Rosilene Cruz de. **Educação Escolar Indígena Intercultural e a Sustentabilidade Territorial: uma abordagem histórica sobre as Escolas Indígenas Capitão Francisco Rodelas e Pataxó Coroa Vermelha.** Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Faculdade de Educação. Universidade do Estado da Bahia. Salvador, p. 140. 2013.

BAHIA. **Lei nº 12.046 de 04 de Janeiro de 2011.** Cria a carreira de Professor Indígena, no Grupo Ocupacional Educação, do Quadro do Magistério Público do Estado da Bahia, e dá outras providências. CASA CIVIL, Bahia, BA, 4 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-12046-de-04-de-janeiro-de-2011>> Acesso em: 21 jun. 2019.

BAHIA. **Edital de Abertura de Inscrições** – Saeb/4/2013 de 29 de novembro de 2013. Secretaria da Educação do Estado da Bahia, Bahia, BA, 29 nov. 2013. Disponível em: <https://arquivo.pciconcursos.com.br/secretaria-da-educacao-do-estado-ba-390-vagas/1239804/b900264eb6/edital_de_abertura_completo.pdf> Acesso em: 21 jun. 2019.

BAHIA. **Resolução CEE nº 106/2004, de 19 de outubro de 2004.** CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, Bahia, BA, 19 out.2004. Disponível em: <http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/Resolucao_CEE_N_106_2004_e_Parecer_CEE_N_286_2004.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

BANIWA, Gersem. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos.** — 1. ed. — Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria

de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.

FERREIRA, Ademário Braz. **Ademário Braz Ferreira**: depoimento [jun. 2019]. Entrevistadores: S. Maicon Rodrigues dos. Prado: BA, 2019. Entrevista concedida ao Programa de Mestrado – PPGER – CAMPUS PAULO FREIRE – UFSB

MAGALHAES, José Carlos Batista. **“O QUE QUEREMOS É UMA ESCOLA COM O CHEIRO DO NATIVO”**: Os modos de apropriação da escola pelos Tupinambá Olivença. (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília. Brasília, 110 p. 2019.

MARCIS, Teresinha. **Educação Escolar Indígena Diferenciada**: Regulamentação e Implantação no Estado da Bahia – 1999-2007. Vitória da Conquista - Bahia, 29 de Julho a 1º de Agosto de 2008. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/anais_eletronicos/Teresinha%20Marcis.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2019

PATAXÓ. I. Conquista dos Povos Indígenas da Bahia - Forumeibagarante cadeira no Conselho de Educação do Estado da Bahia. *In: Facebook*, 07 abr. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/forumeiba/posts/?ref=page_internal> Acesso em: 26 de jun de 2019.

PATAXÓ. I. Secretaria da Educação discute políticas para a Educação Escolar Indígena com diferentes etnias da Bahia. *In: Educação*, 04 abr. 2019. Disponível em: <<http://www.ba.gov.br/noticias/secretaria-da-educacao-discute-politicas-para-educacao-escolar-indigena-com-diferentes>>. Acesso em: 21 de jun de 2019.

PEREIRA, Terezinha do Socorro Lira; BRASILEIRO, Tania Suely Azevedo. **POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E ESCOLARIZAÇÃO INDÍGENA**. Revista Educação e Emancipação, São Luís, v. 9, n. 3, ed. especial, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistaeducacaoemancipacao/article/viewFile/6770/4325>> Data de acesso: 20 jun. 2020.

SANTOS, Maria Aparecida Siqueira. **As políticas educacionais e seus impactos na educação indígena**: um estudo nas comunidades pertencentes ao município Guajará-Mirim-RO. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Porto Velho, Rondônia, 2014.

SANTOS, Givandete Evangelista dos; MARTINS, Suzana Maria Silva; SARAIVA, Valuza Maria. **Educação Escolar Indígena na Bahia: A construção de uma prática diferenciada**. 2008. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0212.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2019

SOUZA, Wendeuslelei Alves de. **Wendeuslelei Alves de Souza**: depoimento [jul. 2019]. Entrevistador: S. Maicon Rodrigues dos. Prado: BA, 2019. Entrevista concedida ao Programa de Mestrado – PPGER – CAMPUS PAULO FREIRE - UFSB.